



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Tribunal de Contas do Estado do Acre



PROCESSO Nº 20388201570

R E C E B I M E N T O

Nesta data recebemos este processo por parte
do Cons. Ronald Polanco Ribeiro

Em, 23 de Novembro de 2017

Recebido por

D I S T R I B U I Ç Ã O

O presente processo foi distribuído
ao procurador João Izidro de Melo Neto

Em, 23 de Novembro de 2017

Distribuído por

E N T R E G A

Nesta data o presente processo foi entregue
ao procurador João Izidro de Melo Neto

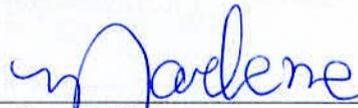
Em, 23 de Novembro de 2017

Entregue por

RECEBIMENTO

Nesta data recebemos este processo por parte do procurador João Izidro de Melo Neto.

Em, 05 de dezembro de 2017.

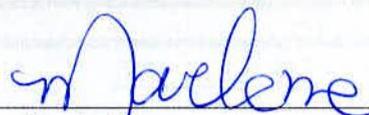


Recebido por

JUNTADA

Nesta data juntamos ao processo o pronunciamento que segue.

Em, 05 de dezembro de 2017.



Juntado por



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 20.388.2015-70

Rio Branco-AC, 04/12/2017.

ASSUNTO: Prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre –
ALEAC, exercício 2014.

Tratam os autos da prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC, referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor **José Elson Santiago de Melo**, encaminhada tempestivamente a este Tribunal de Contas em conformidade ao disposto no inciso II, § 2º, do artigo 2º da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

O Relatório Técnico às fls. 18/43, concluiu pela irregularidade das contas do Poder Legislativo Estadual em razão das seguintes ocorrências:

1. **Rol de responsáveis** apresentado de forma **incompleta**, revelando cumprimento parcial do item II do Anexo III do Manual de Referência 1ª edição da Resolução TCE/AC nº 87/2013¹;

2. **Violação** ao disposto no inciso X, do artigo 8º, da Resolução TCE/AC nº 87/2013, por **ausência** de ato de designação/nomeação formal do contador da origem, cujo cargo foi exercido indevidamente pelo Subsecretário de Planejamento Orçamento e Finanças, Senhor Francisco Aurélio Rego da Silva;

3. **Relatório Circunstanciado incompleto**, violando disposições exigidas no item III, do Anexo III, da Resolução TCE/AC nº 87/2013;

4. **Ausência** de encaminhamento da autorização de acesso a que se refere o item IV, do Anexo III, da Resolução TCE/AC nº 87/2013;

¹ Sem indicação dos períodos de gestão, atos de nomeação/posse/designação e exoneração dos responsáveis.
* Com a colaboração da Assessora Marilene Bittencourt.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE



5. **Ausência** de justificativa para o cancelamento e prescrição de Restos a Pagar (item V, do Anexo III, do Manual de Referência 1ª edição, da Resolução TCE/AC nº 87/2013);
6. **Ausência** de escrituração dos Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores, no montante de R\$ 1.100.129,12;
7. **Descumprimento** ao disposto nos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964 que trata das fases da despesa pública²;
8. **Ausência** de fundamentação legal para pagamento de 13º salário de auxílio saúde aos servidores ativos, inativos e pensionistas da ALEAC, no montante de R\$ 402.925,59³;
9. Pagamento de despesas **sem comprovação da finalidade pública** do gasto, no montante de **R\$ 325.901,00**⁴;
10. Pagamento de tarifas bancárias no valor de **R\$ 97.098,88** ao Banco da Amazônia, **sem comprovação da vantajosidade** quanto ao gerenciamento da conta da ALEAC pela citada instituição financeira;
11. **Ausência** de prestação de contas das despesas contabilizadas a título de “Indenizações e Restituições”, pagas aos parlamentares, no montante de **R\$ 12.672.000,00**, apesar de diligenciado por esta Corte de Contas por meio de ofício da Presidência;
12. Ocorrência de **pagamentos em duplicidade** a título de rescisões trabalhistas, conforme tabela 5 à fl.28, no montante de **R\$ 72.591,70**;
13. **Divergência** de **R\$ 1.448,76** entre o valor do saldo financeiro apurado pela área técnica e o registrado no Balanço Financeiro⁵;
14. **Divergência** entre o saldo demonstrado em banco – através do extrato bancário – e o valor do Anexo 13, no total de R\$ 148.971,84;

² Despesas orçamentárias pagas em montante superior às despesas liquidadas, apresentando diferença de R\$ 1.448,76.

³ Empenhos listados na tabela 3 às fls. 23/24

⁴ Elemento de despesa 33.90.39.00 – Inácios Turismo LTDA.

⁵ Apurado R\$ 2.245.424,10, Balanço Financeiro R\$ 2.243.975,43.

* Com a colaboração da Assessora Marilene Bittencourt.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE



15. Valor do Resultado do Exercício **inconsistente**, no montante de R\$ 14.290.101,67, quando o correto seria R\$ 1.433.821,22;

16. **Ausência** de registro dos Restos a Pagar não processados do exercício, no passivo financeiro do Balanço Patrimonial;

17. **Divergência** de **RS 1.348,82** entre os valores dos bens móveis e imóveis constantes no Balanço Patrimonial e o Inventário Geral enviado (Doc. 15, anexo XIV da PCA constante no SIPAC);

18. **Ausência** da relação de entradas, por conta contábil, dos bens adquiridos no exercício, no montante de R\$ 289.975,00;

19. **Ausência de publicação** dos Demonstrativos referentes aos RGF da origem, no exercício de 2014, em violação ao § 2º do artigo 55 da LRF⁶;

20. **Reincidência** no descumprimento de determinação deste Tribunal quanto à ocorrência de falha metodológica no tratamento contábil dos dispêndios com aposentados e pensionistas⁷;

21. **Demonstrativo dos Contratos e Licitações** apresentado em **desacordo** ao disposto no item VIII, do Anexo III, do Manual de Referência 1ª edição da Resolução TCE/AC nº 87/2013;

22. **Fracionamento de despesas** relativas a serviços gráficos, no montante de R\$ 12.753,80⁸, que excede o limite estabelecido no artigo 24, II da Lei nº 8.666/1993;

23. **Ausência** de encaminhamento do Demonstrativo de Diárias exigido no item XIII, do Anexo III, do Manual de Referência 1ª edição da Resolução TCE/AC nº 87/2013;

24. Concessão de diárias **sem apresentação** dos processos de concessão e relatórios de prestação de contas, impossibilitando a apuração da legalidade e finalidade pública dos dispêndios no montante de **RS 1.969.927,47**; e,

⁶ Impossibilitando o controle e monitoramento dos limites estabelecidos na LRF.

⁷ Acórdãos nºs 7.401/2011, 7.507/2011, 7.894/2012, 8.157/2015 e 8.452/2012.

⁸ Em favor da empresa R K Parrilha & Cia LTDA.

* Com a colaboração da Assessora Marilene Bittencourt.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE



25. **Violação** às disposições contidas no inciso I, alínea “b”, do artigo 3º da Resolução TCE/AC nº 76/2012, considerando a incompletude do teor da manifestação do Controle Interno daquela Casa Legislativa⁹ (item XVI, Anexo III, do Manual de Referência 1ª edição da Resolução TCE/AC nº87/2013.

Concluindo, a 1ª IGCE propôs a citação dos responsáveis, Senhores José Elson Santiago de Melo, Presidente da ALEAC á época, Júlio José da Silva Dourado, responsável pelo Controle Interno e Joziney Alves Amorim, atual Presidente daquela Casa Legislativa. Este último, em razão do não atendimento da solicitação de documentos e informações, expedida pela Presidência desta Corte de Contas.

Regularmente citados, os responsáveis não se pronunciaram¹⁰.

O processo chegou a este MPC em 23/11/2017 (fl. 58).

Compulsando os autos e as informações inseridas junto ao SIPAC, conclui-se que:

a) A divergência levantada pela área técnica nos *itens 7 e 13* acima foi gerada em razão do estorno de três empenhos, efetuados no elemento de despesa 33.90.36 – outros serviços de terceiros PF, cujos valores individuais era de R\$ 6.000,00, entretanto, os estornos ocorreram em valores individuais de R\$ 5.517,08, gerando uma **diferença total na contabilidade de R\$ 1.448,76¹¹**, portanto, não representando dano ao erário, apenas erro contábil;

b) Em relação à ocorrência descrita no *item 14* acima, não há o que se falar em divergência de saldos, considerando que **a diferença refere-se à conciliação de valores em trânsito** conforme se verifica em consulta aos docs. 7 e 8 do Anexo VI da PCA constante no SIPAC;

c) Quanto ao *item 15* supra, verifica-se que **o valor registrado** na DVP constante no SIPAC **está correto** em R\$ 1.443.821,22, não havendo qualquer divergência; e,

⁹ Deixando de pronunciar-se acerca de itens de observância obrigatória (incisos I a V do artigo 4º da Resolução TCE/AC nº 76/2012).

¹⁰ 47/50 e 52/53.

¹¹ Relativo a 3x 482,92 (6.000,00-5.517,08= 482,92).

* Com a colaboração da Assessora Marilene Bittencourt.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE



d) No *item 16*, importa destacar que **os Restos a Pagar não processados não são mais inscritos no Passivo Circulante do Balanço Patrimonial**, onde serão registrados somente quando as despesas forem efetivamente liquidadas, contudo, deverão ser controlados orçamentariamente em quadro próprio, fato que pode ser verificado no Balanço Patrimonial junto ao SIPAC.

Ante o exposto, este MPC opina:

I. Pela **irregularidade** das contas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC, exercício de 2014, de responsabilidade do **Senhor José Elson Santiago de Melo**, Presidente à época, com fulcro nas alíneas *a, b e c*, do inciso III, do artigo 51, da LCE nº 38/1993;

II. Pela **condenação** do responsável, ordenador dos pagamentos, ao **ressarcimento** dos valores pagos a título de **diárias**, no montante de **RS 1.969.927,47**, sem apresentação dos processos de concessão e relatórios de prestação de contas que evidenciem a legalidade e finalidade pública dos dispêndios;

III. Pela aplicação da **multa acessória** prevista no artigo 88 do mesmo diploma legal, ao **Senhor José Elson Santiago de Melo**, em razão do que foi noticiado no item II acima, dosada a critério do Plenário;

IV. Pela aplicação de **multa sanção** ao Senhor **José Elson Santiago de Melo**, dosada a critério do Plenário, nos termos da previsão inserta no artigo 89, II, da LCE nº 38/1993 c/c artigo 139, II do regimento interno local¹², em razão das irregularidades noticiadas no curso deste pronunciamento, configurarem graves infringências às normas legais pertinentes;

V. Pela aplicação de **multa sanção** ao Senhor **Júlio José da Silva Dourado**, responsável pelo Controle Interno, dosada a critério do Plenário, nos termos da previsão inserta no artigo 89, II, da LCE nº 38/1993 c/c artigo 139, II do regimento interno local¹³, em razão do fato noticiado no *item 25* deste pronunciamento, que caracteriza infração às normas legais pertinentes à matéria;

¹² Com a redação dada pelo Assento Regimental nº 001/2000.

¹³ Com a redação dada pelo Assento Regimental nº 001/2000.

* Com a colaboração da Assessora Marilene Bittencourt.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

VI. Pela aplicação de **multa sanção** ao Senhor **Joziney Alves Amorim**, atual Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, em razão do não atendimento à solicitação de documentos e informações, expedida pela Presidência desta Corte de Contas, com fulcro no artigo 89, IV da LCE nº 38/1993 c/c artigo 139, IV do regimento interno local¹⁴;

VII. Pelo **registro e autuação de processos autônomos**, individuais para cada parlamentar, visando apurar a legalidade, a finalidade pública e a responsabilidade no emprego dos recursos recebidos a título de **verba indenizatória**, no exercício de 2014, contabilizados como "*Indenizações e Restituições*", no montante de **RS 12.672.000,00**, e cujas prestações de contas não foram encaminhadas a este Tribunal¹⁵;

VIII. Pelo **registro e autuação de processos autônomos** a fim de apurar a legalidade e finalidade pública das despesas pagas título de 13º salário de auxílio saúde, pagos aos servidores ativos, inativos e pensionistas da ALEAC, no montante de **RS 402.925,59**, rescisões trabalhistas pagas em duplicidade, no montante de **RS 72.591,70** e, ainda, dos dispêndios contabilizados no elemento de despesa 33.90.39, pagos ao credor Inácios Turismo LTDA, no montante de **RS 325.901,00**; e,

IX. Pela **notificação** da origem a fim de que promova os **ajustes dos saldos patrimoniais** em razão do exposto nos *itens 17 e 18* deste parecer, sob pena de responsabilidade¹⁶, bem como exasperação da análise, nas próximas edições da matéria.


João Fídrio de Melo Neto
Procurador

¹⁴ Com a redação dada pelo Assento Regimental nº 001/2000.

¹⁵ Artigo 60, parágrafo único da Constituição Estadual.

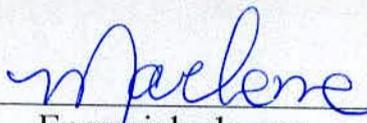
¹⁶ Artigo 89, IV da LCE nº 38/1993.

* Com a colaboração da Assessora Marilene Bittencourt.

ENCAMINHAMENTO

Nesta data encaminhamos este processo ao
Conselheiro Relator Ronald Polanco Ribeiro.

Em, 05 de dezembro de 2017.


Encaminhado por